

1

Ata de Reunião

2

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte minutos, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari e convidados se reuniram para 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2019, no auditório da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba (Amvap), situada na avenida Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, em Uberlândia/MG, para discutir os seguintes pontos da pauta, que foram encaminhados anteriormente a todos os membros:

3

Item 01 - Abertura da sessão e verificação de presença e quórum; Item 02 - Discussão e aprovação da ata da 1ª Assembleia Geral Ordinária de 2019 (07.02.2019); Item 03 -

4

Comunicado dos Conselheiros; Item 04 - Leitura do expediente e das comunicações

5

da ordem do dia; Item 05 - Apreciação e aprovação do relatório da CTIL acerca do

6

Processo de Outorga nº 30370/2013, da requerente Salto FE Energética S.A.; Item 06

7

- Apresentação das atividades da Câmara Técnica de Planejamento e Controle

8

(CTPlan); Item 07 - Outros assuntos. Membros presentes: José Roberto Silva, Jean

9

Fabrizio Pavão Ramalho, Ademar Franco Guimarães, Hideraldo Buch, Cyntia Goulart

10

Corrêa Bruno Ribeiro, Wanessa Rangel Alves, Rodrigo Angelis Alvarez, Iléia Pereira

11

Chaves Abdunassih, Wilton José Fernandes, Marinho Martins Severino Segundo, Ricardo

12

Lúcio Alvarenga, Bruno Gonçalves dos Santos, Matheus Castro Oliveira, Marcos Magno da

13

Gama, Marco Túlio Machado Borges Prata, Carlos Vagner de Oliveira, Fausto José Silva,

14

Mauro das Graças Mendonça, Claudomiro Aparecido Silva, Sylvio Luíz Andreozi, Gustavo

15

Bernardino Malacco da Silva, Antônio Geraldo de Oliveira, Maurício Marques Scalon, João

16

Eduardo Della Torres Ferreira, Fernando Cezar Juliatti, Luiz Humberto de Freitas Souza,

17

Ivone Aparecida Borges, Thiago Alves do Nascimento, Maria Lucia Furtado Coelho

18

Campos, William Pereira Rodrigues, Adalto Ribeiro Franco, Sérgio Segantini Bronzi, Fausto

19

Amaral da Fonseca, Guilherme Coelho Melazo, José Geraldo Teixeira. Convidados:

20

Cristiano (Amigos da Cachoeira), Luiz Henrique (Salto Fé), Marco Túlio (Salto Fé), André

21

Luiz Barcel (Angá), Adriana Silva (Abha), Felipe Pena (Salto Fé), Sândra Lúcia Vieira

22

(Abha), Arlene Rocha (Salto Fé), Melinda Souza (Salto Fé/Rochas), Pedro Cardoso (Apea),

23

Maria Isabela de Souza (Abha), Isabelle Aparecida Damasceno (Sociedade Civil), Rafaela

24



30 Resende (Sociedade Civil), Cristiane Oliveira de Paula (Igam), Monique Cristina , João
31 Paulo H. Faria (Bora Remá), Alan Guimarães (Codema), Bruno Neto de Ávila (Igam),
32 Guilherme de Oliveira Bueno (IEF), André Barcelos (Raiz Ambiental), Cynthia Guerra
33 (Abha), Isabel Evaristo (Abha) . No **item 01**, da pauta, após a verificação do quórum, o
34 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (CBH Araguari), Bruno
35 Gonçalves dos Santos, inicia a reunião agradecendo a presença de todos e a Amvap pela
36 cessão do espaço. No **item 02**, o Presidente coloca em discussão a ata da **1ª Assembleia**
37 **Geral Ordinária de 2019**, questionando a plenária se há alguma contribuição, não
38 havendo, coloca a ata em votação, sendo aprovada com abstenção do conselheiro Gustavo
39 Malacco (Angá). No **item 03**, o Presidente comunica aos conselheiros que os meios de
40 comunicação do CBH Araguari estão à disposição das entidades que compõe o Comitê
41 para divulgação dos eventos em comemoração ao Dia da Água. No **item 04**, o Presidente
42 passa a palavra para o Secretário do CBH Araguari, Maurício Marques Scalon,
43 representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
44 (FONASC - CBH), para fazer a leitura do expediente e das comunicações do dia. O
45 Secretário faz a leitura. O representante do Departamento Municipal de Água e Esgoto de
46 Uberlândia (Dmae), Luiz Humberto de Freitas Souza, solicita que seja informado a plenária
47 o nome do representante da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) que consta no Ofício
48 043/2019 – 9ª CIA PM – substituição de membro na Câmara Técnica de Planejamento e
49 Controle (CTPlan). A auxiliar administrativa da ABHA, Isabel Evaristo, informa que o
50 conselheiro, Jean Fabrício Pavão Ramalho foi substituído pelo senhor Luiz Eurípedes
51 Lopes. O conselheiro Capitão Pavão, justifica que, por motivos da agenda de trabalho foi
52 realizada a substituição excepcional para que a Polícia Militar não perdesse a cadeira na
53 CTPlan. O representante da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Sylvio Luiz
54 Andreozzi, expõe que, em virtude do Regimento Interno normatizar que as faltas não
55 podem ser justificadas e não se admite a participação por procuração, esse tipo de
56 substituição em caráter excepcional se tornará comum no Comitê, assim os membros
57 precisarão entender que esse tipo de movimentação será comum também nas reuniões
58 das Câmaras Técnicas e será preciso evoluir e pensar na suplência, para garantir a



59 presença nas reuniões que é o que mais deseja o Comitê. Gonçalves expõe que realmente
60 é preciso avançar, que é necessário analisar essas situações de substituições, ressalta que
61 a Diretoria passará uma demanda as Câmaras Técnicas para equalizar questões como
62 essas e para que não venham atrapalhar o andamento dos trabalhos das Câmaras
63 Técnicas. O representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
64 (Fiemg), informa que o Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae),
65 está criando um Museu da Água e que o Comitê poderá contribuir com seus informativos.
66 **No item 05**, o Presidente esclarece que o Comitê aprovou na 5ª Assembleia Geral
67 Extraordinária de 2017 por meio da Deliberação Normativa CBH Araguari nº 25 de 07 de
68 dezembro de 2017, o Processo de Outorga nº 30370/2013, requerido pela empresa Salto
69 FE Energética S.A, no entanto foi protocolado recurso da decisão do Comitê. quanto ao
70 que foi deliberado. Gonçalves ressalta que de acordo com o Regimento Interno do CBH
71 Araguari o recurso foi encaminhado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH)
72 para análise, porém o processo retornou para a análise do Comitê. O Presidente passa a
73 palavra para o Coordenador da CTIL, Thiago Alves do Nascimento para esclarecimento a
74 plenária. Alves faz um prévio relato histórico dos encaminhamentos do processo no âmbito
75 do Comitê, colocando que conforme o Regimento Interno do CBH Araguari o empreendedor
76 e os órgãos competentes trouxeram para análise do comitê o processo de Declaração de
77 Reserva de Disponibilidade Hídrica Pequena Central Hidrelétrica – Aproveitamento de
78 Potencial Hidrelétrico, que foi analisado pela Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
79 (CTOC) e aprovado pelo Comitê em dezembro de 2017. Alves ressalta que durante a
80 plenária ocorrida em 07.12.2017, o relatório apresentado pela CTOC foi trabalhado pelos
81 membros e relembra que houve a participação dos representantes do setor turismo e
82 lazer, e mediante as discussões a plenária entendeu que era favorável a DRDH desde que,
83 o que foi sugerido ao Órgão Ambiental fosse incluído no processo ambiental. O
84 Coordenador da CTIL explica que sendo aprovado o processo tem que voltar para o Órgão
85 Ambiental, mas de toda decisão de qualquer jurisdição cabe recurso e nesse sentido o
86 Comitê recebeu um recurso motivado por uma instituição membra do CBH Araguari,
87 solicitando que fosse colocado mais condicionante e também o empreendedor entrou com



88 seu recurso solicitando uma melhor nomenclatura, pois constava a palavra “impõe” e o
89 Comitê “sugere” condicionante. Alves salienta que após aprovação da plenária o processo
90 foi encaminhado ao CERH, colocado em pauta na reunião do Conselho, porém foi retirado
91 da mesma, e encaminhado ao Igam para análise, assim o Excelentíssimo Senhor
92 Procurador Chefe do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam) encaminhou um Parecer
93 Único solicitando que o Comitê se pronunciasse dentro do juízo de retratação. Thiago
94 coloca que em entendimento, juízo de retratação deve ser praticado em 5 (cinco) dias, para
95 entender que a decisão tomada continua da mesma forma sem modificação ou havendo
96 um fato desconstitutivo, modificativo ou impeditivo de cautela, que não é o caso. Alves
97 coloca que o relatório da CTIL é muito simples tendo em vista que em entendimento
98 concordaram que houve os procedimentos legais no âmbito do CBH Araguari previsto no
99 Regimento Interno do Comitê, a plenária decidiu pela DRDH e os recursos enviados ao
100 Comitê deverão ser analisados pelo CERH. O Coordenador afirma que a CTIL entende que
101 não há fato novo de modificação ou impedimento de direito da aprovação da DRDH, e
102 sugere que a decisão proferida pela plenária do CBH seja mantida pelos seus próprios
103 fundamentos. Considerando que o trâmite do processo no CBH ocorreu dentro dos
104 preceitos legais, a Câmara Técnica orienta, com fulcro nos artigos supracitados, que a
105 plenária ratifique o encaminhamento dos recursos para análise ao CERH. O Presidente
106 abre para contribuições da plenária. A representante da sociedade civil, Isabelle Aparecida
107 Damasceno, faz uma fala para a reflexão da plenária “*Senhores, somos o coletivo rios livres*
108 *que tem o intuito de preservar o ambiental natural que resta na região do triangulo mineiro.*
109 *Primeiramente, gostaríamos de deixar claro que não estamos questionando o trabalho dos*
110 *profissionais da Câmara Técnica e nem do empreendedor, pois sabemos que todas as suas*
111 *ações possuem embasamento legal. O que queremos é que os representantes do Comitê,*
112 *que trabalham representando a nós e toda a sociedade, sejam equilibrados no sentido de*
113 *pesar o avanço econômico com um meio ambiente equilibrado e socialmente justo. Já foi*
114 *falado anteriormente por este coletivo, que só no Rio Claro, existem mais de 30*
115 *empresas/pessoas que trabalham e geram renda com o uso indireto, ou seja, sem alteração*
116 *do ambiente natural, do recurso hídrico. Além deste valor econômico, o local também é*



117 *muito frequentado por pessoas que vão em busca de lazer e tranquilidade. Nosso coletivo*
118 *não está aqui só “cobrando”, nós também realizamos atividades, não remuneradas, nestes*
119 *ambientes, principalmente com foco nos recursos hídricos, como coleta de lixo próximo ao*
120 *curso d’água, instalamos placas de conscientização ambiental, plantamos mudas na época*
121 *certa, fazemos educação ambiental com os transeuntes, etc. Somos profissionais,*
122 *amadores, estudantes, pais e filhos que usufruem de forma gratuita estes espaços e,*
123 *pedimos gentilmente, que nos considerem neste processo. Somos usuários indiretos e*
124 *queremos que o Rio Claro seja mantido como patrimônio humano, social e ambiental. Para*
125 *fechar, relembramos que a bacia do Rio Araguari já foi explorada em 86% de todo o seu*
126 *potencial hidroelétrico!!! Pedimos que nos ouçam, nos considerem e façam uma verdadeira*
127 *gestão dos recursos hídricos, com equilíbrio ambiental, rentabilidade econômica e*
128 *igualdade social. Obrigada.”* João Paulo H. Faria (Bora Remá), coloca que é bacharel em
129 turismo, especializou – se em turismo de aventura e realizou trabalho de pós-graduação
130 em recursos hídricos, é mestre pela Universidade Federal de Uberlândia, expõe que possui
131 uma empresa de aventura de *raft* e através dessa empresa gera renda, postos de trabalho,
132 atua de forma pioneira e com inovação. Faria explana que através dos estudos da
133 geografia, hoje possui conhecimento para falar sobre qualquer curso d’água natural onde
134 tem águas brancas. Ressalta que através de seus estudos conseguiu desenvolver sua
135 empresa de forma estratégica. Coloca que primeiro estudou de forma macrocosmo para
136 depois analisar a parte comercial de seu empreendimento. João Paulo pontua que o Rio
137 Claro hoje é o único rio que consegue trabalhar na estação da seca, a partir de maio todos
138 os rios da região sofrem uma perda hídrica. Salienta que além de empresário é também
139 canoísta extremo em caiaque e que a cachoeira do Salto é única com um grau de
140 dificuldade para salto na região. Coloca que por esse motivo está sendo realizado
141 mobilizações nacionais e internacionais e que irão procurar os meios jurídicos para que o
142 empreendimento não seja instalado. Alves coloca que é importante ter esse diálogo aberto
143 para evitar questões futuras. O Presidente expõe que a sugestão é reenviar ao CERH tendo
144 em vista que a não há fato novo. Coloca a matéria em votação. Sendo aprovado com as
145 seguintes abstenções Maurício Marques Scalon (Fonasc), Sylvio Luiz Andreozzi (UFU),



146 Wanessa Rangel Alves (Semad), Antônio Geraldo de Oliveira (Amedi), José Geraldo
147 Teixeira (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Morro Alto/Patrocínio-MG), Sérgio
148 Segantini Bronzi (ACA), Cyntia Goulart Corrêa Bruno Ribeiro (IEF), Iléia Pereira Chaves
149 Abdunnassih (IMA), João Eduardo Della Torres Ferreira (Abes), Gustavo Bernardino
150 Malacco da Silva (Angá), Fausto José Silva (Sindágua/MG). **No item 06**, O Presidente
151 passa a palavra para o Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Controle
152 (CTPlan), Sylvio Luiz Andreozzi que informa sobre as atividades desenvolvidas pela
153 Câmara Técnica. Andreozzi solicita que a Analista Ambiental da Abha, Adriana Silva, faça
154 a apresentação das ações que estão em desenvolvimento na CTPlan. Silva informa a
155 plenária sobre o Sistemas de Informações de Geográficas do Rio Araguari (SIG Araguari),
156 que objetiva a construção de uma plataforma tecnológica para auxiliar processos, sendo
157 Gestão do conhecimento: dados geográficos, dados socioambientais, difusão de
158 informações e conteúdo; Gestão da bacia; Acompanhamento e divulgação de dados de
159 monitoramentos existentes; Acompanhamento das outorgas de uso da água e
160 georreferenciamento dos usuários; Gestão Financeira: aplicação de recursos, prestação de
161 contas; Acompanhamento do desenvolvimento do Plano Diretor. Silva informa as ações
162 desenvolvidas para a construção do projeto, ressalta que, com o intuito de análise do que
163 é viável ou não foram realizadas visitas técnicas a Agência Peixe Vivo, ao Instituto Mineiro
164 de Gestão das Águas (Igam) e a Agência Nacional de Águas (ANA). Durante a visita ao
165 Igam os membros da CTPlan conheceram o Sistema Estadual de Meio Ambiente e
166 Recursos Hídricos - Minas Gerais SISEMA-MG. Informou que o Igam se dispôs a contribuir
167 com as informações que o Comitê venha a precisar. Disse que na vista a ANA foi
168 apresentado o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (Snirh) e a
169 Agência também disponibilizou ajudar o Comitê com os dados que forem necessários.
170 Adriana expõe que também foram realizadas reuniões para definição dos escopos do
171 projeto; reuniões para alinhamento sobre termos de referência; definição da terceirização
172 da elaboração do Termo de Referência (TR) para a construção da plataforma que é a face
173 que está sendo trabalhado na CTPlan. Explana sobre os custos do projeto que no Plano de
174 Aplicação Plurianual 2018 - 2019, prevê valores destinados a elaboração do SIG, sendo



175 estes custos a contratação de assessoria para elaboração do Termo de Referência;
176 contratação de consultoria para construção da plataforma, levantamento de dados e
177 treinamento; custos de viagens; aquisição de equipamentos como: hardwares, softwares,
178 internet; contratação de consultoria ou funcionário para gestão da plataforma; construção
179 da sala de situação que está em análise a viabilidade, pelo alto custo. A representante do
180 Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba (Codau), Ivone
181 Aparecida Borges, questiona como o acompanhamento de outorgas funciona no sistema e
182 com qual frequência será realizada a atualização dos dados. Andreozzi esclarece que o
183 SISEMAnet deve retornar em julho, coloca que esteve com a Diretora Geral do Igam, Marília
184 Carvalho de Melo, e em conversar foi alinhado a realização de uma reunião técnica para
185 que o SIG CBH Araguari aproveite os avanços do SISEMAnet. Andreozzi coloca também
186 sobre o Termo de Cooperação, assinado entre o CBH, a Abha, o Igam e o Ministério Público
187 que proporcionou a contratação de extensionistas para acelerar o passivo de outorga que
188 estavam na Supram/TM-AP e informa que o Termo de Cooperação deve finalizar em julho
189 deste ano. Andreozzi explica que as informações do Sistema que sejam restritas não
190 apareceram para o público, e que o SIG será de valia para a parte administrativa, pois será
191 possível fazer a previsão dos recursos financeiro provenientes das outorgas. O
192 Coordenador da CTPlan, salienta que o SIG não toma decisão e sim é uma ferramenta para
193 tomada de decisão. O representante da Ambiente e Educação Interativa (Amedi), Antônio
194 Geraldo de Oliveira, questiona sobre a revisão do Plano Diretor e sobre o Enquadramento
195 dos cursos d'água, se será realizado junto com SIG. Andreozzi explica que o
196 Enquadramento é um instrumento de gestão e o Plano é outro instrumento, ambos estão
197 relacionados ao SIG, o enquadramento em questões de planejamento é exatamente o que
198 viabiliza a orientação para a elaboração do Plano, porque enquadramento não é a condição
199 atual e sim a condução pretendida, no plano é que aparece as ações para que o plano se
200 efetive. Andreozzi coloca que o CBH Araguari está quebrando um paradigma, pois no Brasil
201 a planejamento de bacia é feita de forma tradicional, que contrata uma empresa, que
202 elabora um diagnóstico que prepara um prognóstico, geralmente com informações
203 secundárias. Oliveira pontua que o enquadramento auxilia os órgãos licenciadores em



204 relação aos lançamentos no curso d'água. Andreozzi expõe que nada impedi que seja
205 iniciado a revisão do Enquadramento da bacia do rio Araguari. Expõe que houve uma
206 decisão do CERH que os Planos eram revisto de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos e era uma
207 revisão burocrática, agora o CERH determinou que os prazos para revisão serão
208 determinados pelos Comitês, desta forma, com a implantação do SIG o Plano será revisado
209 conforme necessidade do Comitê. O representante do Departamento Municipal de Água e
210 Esgoto de Uberlândia - Dmae Uberlândia/MG, Luiz Humberto de Freitas Souza, questiona
211 qual a posição da Diretoria do CBH Araguari sobre a integração com o CBH Paranaíba no
212 que envolve o SIG. Freitas expõe que haverá uma reunião de alinhamento com a ANA que
213 é o órgão gestor do CBH Paranaíba e com isso será avaliado qual o passo será tomado.
214 Andreozzi coloca que Freitas é membro da CTPlan no CBH Araguari e Coordenador do GT
215 SIG no CBH Paranaíba, por que desde o início a intenção era criar um sistema em conjunto
216 que converse com o Estado, com as demais bacias, porém o que veio a ele é que o
217 posicionamento da ANA é que não tem recurso para investir no SIG e que a utilização do
218 SIG no CBH Paranaíba será o que a ANA dispõe. Freitas confirma que levou a discussão
219 do SIG para o CBH Paranaíba, conforme estrutura do SIG CBH Araguari, porém ao analisar
220 os recursos financeiros entenderam que não seria possível elaborar em conformidade com
221 o SIG CBH Araguari. Freitas salienta que diante a essas dificuldades a ANA disponibilizou
222 para que fosse aproveitada a plataforma do Sistema Nacional de Informações sobre
223 Recursos Hídricos (Snirh). Andreozzi coloca que é uma decisão da ANA, que no momento
224 não é uma prioridade, e ressalta que existe uma dificuldade para implantar a cobrança da
225 água em alguns estados que compõe a bacia do rio Paranaíba. O Presidente do CBH
226 Araguari expõe que participa da Câmara Técnica de Integração (CTI) e que realmente
227 existe a dificuldade para implementação da cobrança. Ressalta ainda que, foi proposta a
228 integração do SIG, porém o CBH Paranaíba não tem recursos, assim o CBH Araguari
229 continuará desenvolvendo o seu SIG. A Analista Ambiental, Adriana Silva, explana a
230 plenária sobre a Deliberação Normativa CBH Araguari nº 23, de 31 de outubro de 2017,
231 que aprova o Plano de Aplicação Plurianual 2018 - 2019 dos recursos originários da
232 Cobrança pelos Usos dos Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari. Silva



233 coloca que o Plano Plurianual, traz algumas ações do Plano Diretor, e ações que existe
234 dentro do Programa de impacto e qualidade de água, são várias ações que podem ser
235 desenvolvidas dentro do uso do solo. Silva coloca que na recuperação de área degradada
236 os projetos já estavam previstos dentro do PPA 2013/2017 e existia dentro do Comitê uma
237 indicação que essas ações e projetos deveriam ser desenvolvidos após a elaboração do
238 Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP) e nesse período a Abha não dispunha de corpo
239 técnico para desenvolver esses projetos junto ao CBH Araguari. Silva expõe que foi
240 possível desenvolver somente o projeto do Córrego Indaiá e com a contratação do corpo
241 técnico e com a retomada das atividades do Comitê voltou a discussão das ações dentro
242 da CTPlan, sendo alinhado na Câmara Técnica que será trabalhado o ZAP e para essas
243 ações serem desenvolvidas será necessário o diagnóstico para verificação da real situação
244 da bacia. Silva expõe que como havia a indicação do Comitê e hoje é uma exigência do
245 estado, a CTPlan está indicando a Abha a utilização do ZAP. O representante da
246 4Ambieental, Marcos Gama, salienta que a ação no Córrego Capão da Erva já foi realizada
247 a algum tempo, o diagnóstico e prognóstico foi desenvolvido por uma empresa que na
248 época ganhou a licitação e que deverá ser revisto. Adriana explica que o diagnóstico e
249 prognóstico do Córrego Indaiá e o Córrego Capão da Erva foram realizados na mesma
250 época, porém como não havia equipe para realizar os trabalhos deu andamento no Córrego
251 Indaiá, no entanto as ações deverão ser retomadas. Silva explana que o Córrego de Santa
252 Juliana possui o ZAP, que todas essas informações serão analisadas. Gama registra que
253 Santa Juliana está à disposição para a execução do projeto, até mesmo em auxílio técnico.
254 Andreozzi coloca que toda colaboração ajudará nos custos e que buscará alternativas para
255 reduzir o gasto no planejamento para atender as ações específicas. Thiago Nascimento
256 (Fiemg) coloca que o ZAP é muito importante na área rural e coloca a Fiemg à disposição
257 e questiona Andreozzi como contribuir. Andreozzi explica que a ideia é fazer parceria para
258 fazer o ZAP. Gustavo Malacco coloca que otimizaria tempo se convocasse no início do
259 projeto as partes interessadas, porque quem sabe dos problemas são os atores da base.
260 Sylvio coloca que a comunidade será ouvida dentro das rubricas específicas. Andreozzi
261 coloca que o ideal é que tenham o ZAP da bacia inteira. Esclarece que a legislação não



262 defini como será elaborado, alguns estão sendo feitos pelas associações, outros por TAC.
263 Andreozzi coloca que as informações da comunidade deverão ser levantadas junto com a
264 elaboração do ZAP. O Presidente coloca que essa discussão é muito importante para dar
265 vazão as demandas da melhor forma possível. **No item 07** - Malacco (Angá) coloca sobre
266 o acidente de Brumadinho e ressalta a existência de duas grandes barragens na bacia.
267 Coloca a importância de realizar um debate com as partes envolvidas, para dar segurança
268 ao Comitê e um retorno à sociedade. Sérgio Bronzi (ACA), coloca que as novas minerações
269 da Vale no Pará são todas secas, que infelizmente o problema são as antigas. Gonçalves
270 coloca que esse assunto deverá ser discutido para dar retorno ao FMCBH. Scalon sugere
271 convidar as partes para uma audiência pública. Maria Lúcia (Mosaic) coloca que a
272 instituição está à disposição para sanar as dúvidas. O Presidente informa à plenária que na
273 próxima assembleia que ocorrerá no dia 04.04.2019, será aprovado a alteração do
274 Regimento Interno e solicita a participação de todos os membros, tendo em vista que é
275 necessário quórum de 2/3 dos membros. O Presidente agradece a presença de todos.
276 Encerro esta ata, Isabel Evaristo, constando que a Lista de Presença anexa é parte
277 integrante deste documento.

